

Zatix Tecnologia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Zatix Tecnologia S.A

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$144.566 mil e R\$152.902 mil em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em

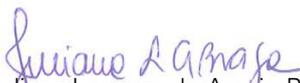
nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Zatix Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.912	17.964	9.907	17.964	Fornecedores	15	23.124	21.107	23.124	21.107
Contas a receber	5	18.416	15.167	18.416	15.167	Empréstimos e financiamentos	16	23.501	24.238	23.501	24.238
Estoques	6	18.452	14.056	18.452	14.056	Passivos de arrendamento	17	1.098	1.727	1.098	1.727
Impostos a recuperar	7	3.323	5.159	3.323	5.159	Salários, provisão para férias e encargos	18	6.734	8.232	6.734	8.232
Indenizações a receber	8	-	6.626	-	6.626	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.195	943	1.934	943
Partes relacionadas	21	-	14.562	-	14.562	Impostos a recolher	19	3.361	2.553	3.361	2.553
Outras contas a receber		2.327	895	2.327	895	Impostos e contribuições parcelados	20	3.710	2.203	3.710	2.203
Ativo não circulante mantido para venda	9	-	-	25.000	14.410	Partes relacionadas	21	5	-	-	-
Total do ativo circulante		<u>52.430</u>	<u>74.429</u>	<u>77.425</u>	<u>88.839</u>	Outras contas a pagar		2.990	-	2.990	-
						Adiantamentos de clientes		795	55	795	55
Não circulante						Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	22	25.000	28.972	25.000	28.972
Contas a receber	5	907	143	907	143	Total do passivo circulante		<u>91.513</u>	<u>90.030</u>	<u>92.247</u>	<u>90.030</u>
Indenizações a receber	8	10.929	4.864	10.929	4.864						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.134	14.784	16.134	14.784	Fornecedores	15	1.773	1.674	1.773	1.674
Depósitos judiciais	24.3	5.881	1.344	5.881	1.344	Empréstimos e financiamentos	16	39.679	25.149	39.679	25.149
Partes relacionadas	21	-	6.784	-	6.784	Passivos de arrendamento	17	1.312	2.979	1.312	2.979
Outras contas a receber		1.303	34	1.303	34	Indenizações a pagar	24.1	-	7.342	-	7.342
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>35.154</u>	<u>27.953</u>	<u>35.154</u>	<u>27.953</u>	Impostos e contribuições parcelados	20	9.320	7.523	9.320	7.523
						Provisão para riscos	24.1	17.935	9.175	17.935	9.175
Investimentos	11	24.261	14.410	-	-	Outras contas a pagar		1.644	-	1.644	-
Imobilizado	12	26.302	20.530	26.302	20.530	Total do passivo não circulante		<u>71.663</u>	<u>53.842</u>	<u>71.663</u>	<u>53.842</u>
Direto de uso	13	2.410	4.706	2.410	4.706						
Intangível:						Patrimônio líquido					
Ágio na aquisição de investimentos	14	102.858	102.858	102.858	102.858	Capital social	25	185.104	215.644	185.104	215.644
Outros intangíveis	14	15.501	19.357	15.501	19.357	Prejuízos acumulados		(89.364)	(95.273)	(89.364)	(95.273)
Total do ativo não circulante		<u>206.486</u>	<u>189.814</u>	<u>182.225</u>	<u>175.404</u>	Total do patrimônio líquido		<u>95.740</u>	<u>120.371</u>	<u>95.740</u>	<u>120.371</u>
Total do ativo		<u><u>258.916</u></u>	<u><u>264.243</u></u>	<u><u>259.650</u></u>	<u><u>264.243</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>258.916</u></u>	<u><u>264.243</u></u>	<u><u>259.650</u></u>	<u><u>264.243</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/2/2019
Receita líquida de vendas e serviços	27	160.723	149.309	160.723	149.309
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(101.973)	(92.477)	(101.973)	(92.477)
Lucro bruto		<u>58.750</u>	<u>56.832</u>	<u>58.750</u>	<u>56.832</u>
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(17.982)	(23.310)	(17.982)	(23.310)
Com vendas	28	(14.169)	(15.869)	(14.169)	(15.869)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(3.345)	(825)	(3.345)	(825)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.451	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	892	(224)	3.081	(224)
Lucro operacional		<u>25.597</u>	<u>16.604</u>	<u>26.335</u>	<u>16.604</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	2.665	4.051	2.665	4.051
Despesas financeiras	29	(20.931)	(14.819)	(20.931)	(14.819)
		<u>(18.266)</u>	<u>(10.768)</u>	<u>(18.266)</u>	<u>(10.768)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.331	5.836	8.069	5.836
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	10.b	(2.772)	(1.086)	(3.510)	(1.086)
Diferidos	10.b	1.350	1.252	1.350	1.252
Lucro do exercício		<u>5.909</u>	<u>6.002</u>	<u>5.909</u>	<u>6.002</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	26	<u>0,089</u>	<u>0,086</u>	<u>0,089</u>	<u>0,086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	5.909	6.002	5.909	6.002
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>5.909</u>	<u>6.002</u>	<u>5.909</u>	<u>6.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		197.480	(101.275)	96.205
Aumento de capital com conversão de debêntures, conforme AGE de 30 de junho	1.3	28.972	-	28.972
Aumento de capital com integralização de terreno, conforme AGE de 25 de setembro		3.602	-	3.602
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de outubro		(14.410)	-	(14.410)
Lucro do exercício		-	6.002	6.002
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>215.644</u>	<u>(95.273)</u>	<u>120.371</u>
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 30 de junho	21 (iii)	(20.799)	-	(20.799)
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de dezembro	21 (iii)	(9.741)	-	(9.741)
Lucro do exercício			5.909	5.909
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>185.104</u>	<u>(89.364)</u>	<u>95.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Zatix Tecnologia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		5.909	6.002	5.909	6.002
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	1.422	(166)	2.160	(166)
Depreciações e amortizações	12,13,14	11.665	14.235	11.665	14.235
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12,14	26	222	26	222
Ajuste a valor justo	22	(5.970)	(10.658)	(8.160)	(10.658)
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	6	2.551	(589)	2.551	(589)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	3.345	825	3.345	825
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.451)	-	-	-
Provisão de ajuste a valor presente - fornecedores		-	76	-	76
Constituição de provisão para riscos	24.1	583	1.454	583	1.454
Atualização monetária sobre fornecedores	29	99	124	99	124
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16	8.023	8.470	8.023	8.470
Juros sobre debêntures	29	-	1.691	-	1.691
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mutuo passivo		-	693	-	693
Juros sobre indenizações a pagar		-	324	-	324
Juros sobre passivos de arrendamento	17	359	103	359	103
Atualização monetária sobre provisão para riscos	24.1	389	-	389	-
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	29	(6)	(2.277)	(6)	(2.277)
Atualização monetária sobre indenizações a receber	8	(225)	(100)	(225)	(100)
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mutuo ativo	21	(719)	(34)	(719)	(34)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	29	(30)	(44)	(30)	(44)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(5.954)	(3.431)	(5.954)	(3.431)
Estoques		(6.947)	(2.273)	(6.947)	(2.273)
Impostos a recuperar		1.842	(292)	1.842	(292)
Depósitos judiciais		(4.507)	36	(4.507)	36
Indenizações a receber		786	79	786	79
Outras contas a receber		(2.701)	(12)	(2.701)	(12)
Ativo não circulante mantido para venda		-	-	(2.430)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		2.017	7.541	2.017	7.541
Salários, provisão para férias e encargos		(1.498)	1.480	(1.498)	1.480
Impostos e contribuições a recolher		808	843	808	843
Impostos e contribuições parceladas		3.304	4.811	3.304	4.811
Indenizações a pagar		-	7.018	-	7.018
Pagamento de provisão para riscos	24.1	(1.600)	(2.185)	(1.600)	(2.185)
Outras obrigações a pagar		1.902	-	1.903	-
Adiantamentos de clientes		740	(180)	740	(180)
Passivo relacionado ao ativo mantido para venda		(3.972)	-	(3.972)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.520)	(143)	(2.520)	(143)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(7.849)	(8.378)	(7.849)	(8.378)
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	17	(359)	(103)	(359)	(103)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas		-	(919)	-	(919)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(538)	24.243	(2.968)	24.243
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controlada	11	(2.430)	-	-	-
Adições ao imobilizado	12	(9.260)	(7.015)	(9.260)	(7.015)
Adições ao intangível	14	(1.531)	(2.782)	(1.531)	(2.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(13.221)	(9.797)	(10.791)	(9.797)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16	64.510	46.014	64.510	46.014
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(50.891)	(43.485)	(50.891)	(43.485)
Pagamentos de passivos de arrendamento	17	(1.488)	(2.892)	(1.488)	(2.892)
Partes relacionadas (mutuo ativo) - valores cedidos	21	(6.429)	(5.179)	(6.429)	(5.179)
Partes relacionadas (mutuo passivo)- valores pagos e recebidos	21	5	(4.439)	-	(4.439)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		5.707	(9.981)	5.702	(9.981)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(8.052)	4.465	(8.057)	4.465
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	4	17.964	13.499	17.964	13.499
Saldo final	4	9.912	17.964	9.907	17.964
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(8.052)	4.465	(8.057)	4.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Zatix Tecnologia S.A. (“Zatix” ou “Companhia”) localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática “B2B”, para que seus clientes, sejam eles pequenas médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística).

1.1 Impactos causados pela pandemia do Covid-19

A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual. (ii) suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais.

Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Administração continua a avaliar constantemente o eventual impacto que a pandemia pode causar nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, e tomará as medidas necessárias para preservação, mitigação dos riscos e impactos, caso haja uma deterioração dos cenários.

A Administração não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19 dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. Adicionalmente, também a Administração também não espera outros impactos significativos em outros ativos financeiros e não financeiros

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 5.909 (R\$ 6.002 em 31 de dezembro de 2019), e possui insuficiência de capital circulante líquido controladora e consolidado respectivamente de R\$ 39.083 e R\$14.822(R\$15.601 e R\$1.191) em 31 de dezembro de 2019.

A administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria da gestão de capital de giro.

De acordo com a avaliação da administração, mesmo com a insuficiência de capital circulante líquido em 2020, a Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que:

Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2021, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses.

Há linhas de créditos disponíveis a Companhia para pagamento a longo prazo.

1.3 Eventos significativos

Em 19 de junho de 2019, (a) os acionistas da Companhia efetuaram a venda da totalidade de suas respectivas participações para Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., empresa situada em Guarabira na PB, que disponibiliza soluções de tecnologia para rastreamento e monitoramento de bens e pessoas;

Em 30 de junho de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral e Extraordinária à conversão das debêntures em capital social na Companhia, como aumento de capital em R\$ 28.972;

Em 3 de setembro 2019, a Secretaria da Receita Federal efetuou a habilitação do crédito tributário de PIS e da COFINS, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente, que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS;

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 30 de abril de 2021.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

2.8 Ativo não circulante mantido para venda

A Companhia e sua controlada classificam um ativo não circulante como disponível para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia e sua controlada alterem esse período. O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

2.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Rastreadores em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3 a 5
Outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.

A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.

A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.

Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.

A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.

A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Ágio

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

2.13 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de

forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14 Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia.

- (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação.

2.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.17 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

- (i) No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.
- (ii) Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- (ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- (i) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- (ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- (iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- (iv) Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- (v) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- (i) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- (ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA).

No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.18 Operações de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- (a) Provisão para perdas esperadas do contas a receber - nota explicativa nº 5.
- (b) Provisão para perdas de estoques – nota explicativa nº 6.
- (c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – nota explicativa nº 14.

- (d) Impostos diferidos – nota explicativa nº 10.
- (e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais – nota explicativa 24.

2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

2.21 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida

2.23 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.24 **Novos CPC's, revisões e interpretações do ICP (Interpretações do Comitê de Pronunciamento Contábeis)**

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Impacto da aplicação inicial da alteração ao CPC 06 (R2) – Concessões de Aluguel Relacionados à Covid-19.

Em maio de 2020, o CPC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas a Covid-19 (alterações ao CPC 06 (R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada a Covid-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada a Covid-19 aplicando a norma como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas para concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- (a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior a mudança;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamentos maiores após de junho de 2021); e
- (c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) (conforme emitidas em maio de 2020) a partir da sua data de vigência e não teve impactos.

2.25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.
- (b) **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: — mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e — contabilidade de hedge. (i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa: As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. (ii) Contabilidade de hedge: As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas: — Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma. — Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados. — Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge. — Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação. (iii) Divulgação: As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.
- (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: — Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). — Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas:

	Controladora	
	31/12/20	31/12/19
Participação direta em controlada:		
BLCKD I Participações S/A. (*)	100%	100%
PRMO II Participações Ltda. (*)	100%	-

(*) Atividade principal – administração de bens imóveis. Veja maiores detalhes na nota explicativa 11.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos (a)	1.984	2.140	1.979	2.140
Títulos de capitalização (b)	192	640	192	640
Fundos de investimentos	2.525	3.028	2.525	3.028
Certificado de Depósito Bancário - CDB (c)	5.211	12.156	5.211	12.156
Total	9.912	17.964	9.907	17.964

(a) Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

(b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança.

(c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 99% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

5 Contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Contas a receber	21.934	16.305
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(2.611)	(995)
Total	19.323	15.310
Ativo circulante	18.416	15.167
Ativo não circulante	907	143

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
A vencer	15.354	11.456
Vencidos:		
Até 30 dias	2.691	2.185
Entre 31 e 90 dias	1.032	1.094
Entre 91 e 180 dias	1.090	680
Entre 181 a 360	1.373	890
Acima de 360 dias	394	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(2.611)	(995)
Total	19.323	15.310

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber.

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.249)
Adições	(825)
Perdas efetivadas	5.079
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(995)
Adições	(3.345)
Perdas efetivadas	1.729
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.611)

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Matéria-prima	3.833	2.477
Produtos em elaboração	2.511	1.223
Produtos acabados	2.965	3.513
Mercadorias para revenda	2.061	1.271
Equipamentos e peças em poder de terceiros	8.775	6.685
Materiais de consumo e importações em andamento	1.433	1.673
	21.578	16.842
Provisão para perdas nos estoques (*)	(3.126)	(2.786)
Total	18.452	14.056

(*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.375)
Baixa de itens do estoque	589
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.786)
Constituição de provisão	(2.551)
Baixa de itens do estoque	<u>2.211</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(3.126)</u>

7 Impostos a recuperar

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (**)	2.307	935
Imposto sobre Serviços – ISS	312	187
PIS e COFINS a recuperar (*)	41	3.714
Outros impostos a recuperar	<u>663</u>	<u>323</u>
Total	<u>3.323</u>	<u>5.159</u>

(*) (Refere-se substancialmente ao êxito em ação judicial, transitada em julgado, em 28 de fevereiro de 2019 e homologada pela a Secretaria da Receita Federal em 3 de setembro de 2019, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente.

(**) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados no curto prazo, com débitos decorrentes de vendas no mercado interno.

8 Indenizações a receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. (“Rodosis”) em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. (“Control Loc”) em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. (“Teletrim”) em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. (“ControlSat”) em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente.

Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas.

Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora
	31/12/2020			31/12/2019
	Processos já materializados e já pagos	Riscos ainda não pagos, mas provisionados no passivo (*)	Total	Total
A receber de ex-sócios	322	-	322	663
A receber do acionista da Companhia	6.793	3.814	10.607	10.827
Total das indenizações a receber	7.115	3.814	10.929	11.490
Ativo circulante	-	-	-	6.626
Ativo não circulante	-	-	10.929	4.864

(*) Desse montante, R\$1.645 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 20), R\$2.169 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 24).

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.469
Reversões de processos a receber do acionista da Companhia	(168)
Atualização monetária a receber do acionista	100
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	89
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.490
Reversões de processos a receber do acionista da Companhia	(29)
Atualização monetária a receber do acionista	225
Recebimentos	(757)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.929

Em 31 de dezembro de 2020, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$322 (R\$663 em 2019). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$10.607 (R\$10.827 em 2019). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação no futuro com distribuição de dividendos. Do saldo em 31 de dezembro de 2020, R\$6.793 (R\$6.304 em 2019) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$3.814 (R\$4.523 em 2019) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, conseqüentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

9 Ativo não circulante mantido para venda

O saldo refere-se a dois terrenos recebidos via aumento de capital nas controladas, localizados no município de Candeias – BA, que serão utilizados para liquidação a obrigação registrada na conta do passivo de passivo relacionado ao ativo mantido para venda, no montante de R\$ 25.000 - nota explicativa nº 22.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Adições temporariamente indedutíveis:		
Provisões de indenizações a pagar	-	2.496
Provisão para riscos	4.787	1.283
Provisão para perdas de estoques	1.063	947
Provisão para perdas de créditos esperadas	887	338
Provisões para serviços prestados	22	77
Outras provisões	318	1.057
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	58.646	59.630
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	<u>(5.142)</u>	<u>(6.597)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	60.581	59.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	<u>(44.447)</u>	<u>(44.447)</u>
Total	<u>16.134</u>	<u>14.784</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 258.829 (R\$ 261.725 em 31 de dezembro de 2019), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste no saldo de impostos diferidos no montante de R\$1.350, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Zatix estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	
2021	2.211
2022	2.183
2023	3.492
2024	5.667
2025	2.581
	16.134

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.331	5.836	8.069	5.836
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.493)	(1.984)	(2.743)	(1.984)
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(5.142)	(6.597)	(5.630)	(6.597)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	5.228	7.416	5.228	7.416
Gastos com pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	-	515	-	515
Compensação de prejuízo fiscal	985	484	985	484
Imposto de renda e contribuição social:	<u>(1.422)</u>	<u>166</u>	<u>(2.160)</u>	<u>166</u>
Correntes	(2.772)	(1.086)	(3.510)	(1.086)
Diferidos	1.350	1.252	1.350	1.252
Taxa efetiva	19%	-3%	27%	-3%

11 Investimentos

- (i) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (ii) Em 3 de outubro 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A. através de transferência de um terreno.

- (iii) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- (iv) Em 29 de setembro de 2020, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada PRMOII Participações Ltda, para Companhia e na mesma data, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 8.400 na controlada, através de transferência de um terreno.

A composição dos investimentos é como segue:

	31/12/20
Investimentos	<u>24.261</u>
	<u><u>24.261</u></u>
	31/12/19
Investimentos	<u>14.410</u>
	<u><u>14.410</u></u>

Abaixo seguem as informações das controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício(*)</u>	<u>% Participação</u>
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
BLCKD I Participações S/A.	14.410	-	14.410	-	100%
PRMO II Participações Ltda.	<u>10.590</u>	<u>739</u>	<u>9.851</u>	<u>1.451</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.000</u>	<u>739</u>	<u>24.261</u>	<u>1.451</u>	<u>100%</u>

- (*) Inclui os valores de ajuste ao valor justo, de ativo não circulante mantido para venda, líquido de efeitos tributários.

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>% Participação</u>
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/219
BLCKD I Participações S/A.	<u>14.410</u>	-	<u>14.410</u>	-	<u>100%</u>
Total	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>100%</u>

12 Imobilizado

Controladora e Consolidado					
31/12/20					
31/12/19					
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Rastreadores em comodato	14 a 20	49.053	(30.109)	18.944	17.965
Terrenos	-	4.718	-	4.718	-
Equipamentos de informática	10 a 33,33	12.109	(11.149)	960	1.236
Veículos	20	613	(36)	577	-
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.686	(1.219)	467	575
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.322	(991)	331	466
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.125	(3.876)	249	233
Outros	10 a 20	1.151	(1.095)	56	55
Total		74.777	(48.475)	26.302	20.530

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/19	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/20
Rastreadores em comodato	17.965	6.117	-	(5.138)	18.944
Terrenos (*)	-	4.718	-	-	4.718
Equipamentos de informática	1.236	393	-	(669)	960
Veículos	-	589	-	(12)	577
Máquinas e equipamentos	575	19	(1)	(126)	467
Móveis e utensílios	466	5	-	(140)	331
Benfeitorias em propriedade de terceiros	233	90	-	(74)	249
Outros	55	61	-	(60)	56
Total	20.530	11.992	(1)	(6.219)	26.302

(*) Os terrenos adquiridos no decorrer do exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operações de empréstimos (conforme divulgado na nota explicativa nº 16)

	31/12/18	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/19
Rastreadores em comodato	17.889	5.213	(210)	(4.927)	17.965
Equipamentos de informática	1.739	148	-	(651)	1.236
Máquinas e equipamentos	595	60	-	(80)	575
Móveis e utensílios	540	15	-	(89)	466
Benfeitorias em propriedade de terceiros	71	242	-	(80)	233
Outros	69	-	-	(14)	55
Total	20.903	5.678	(210)	(5.841)	20.530

13 Direitos de uso

Controladora e Consolidado					
31/12/20					
				31/12/19	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	2.286	(941)	1.345	3.089
Direito de uso de veículos	25	1.506	(441)	1.065	1.617
Total	-	3.792	(1.382)	2.410	4.706

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/19	Remensuração de passivos de arrendamento (*)	Amortizações	31/12/20
Direito de uso de imóveis	3.089	(804)	(940)	1.345
Direito de uso de veículos	1.617	(4)	(548)	1.065
Total	4.706	(808)	(1.488)	2.410
	31/12/18	Adições	Amortizações	31/12/19
Direito de uso de imóveis	-	5.035	(1.946)	3.089
Direito de uso de veículos	-	2.542	(925)	1.617
Total	-	7.577	(2.871)	4.706

(*) Refere-se a remensuração de saldos de passivos de arrendamento, para refletir a expectativa dos valores que serão pagos, em decorrência da rescisão de contratos efetuadas em de 2020.

14 Intangível

Controladora e Consolidado				
31/12/2020				
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas (a):				
Control Loc	48.048	(15.225)	32.823	32.823
Rodosis	11.172	(11.172)	-	-
ControlSat	7.946	(7.946)	-	-
Ágio – CISR	73.721	(3.686)	70.035	70.035
	<u>140.887</u>	<u>(38.029)</u>	<u>102.858</u>	<u>102.858</u>
Outros intangíveis:				
Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	48.083	(33.434)	14.649	17.897
Softwares (c)	13.775	(12.923)	852	1.460
	<u>61.858</u>	<u>(46.357)</u>	<u>15.501</u>	<u>19.357</u>
Total	<u>202.745</u>	<u>(84.386)</u>	<u>118.359</u>	<u>122.215</u>

(a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como

base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2020 e 2019. As determinações da recuperabilidade dos ativos são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

- (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços.
- (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%.

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas(*)	31/12/2020
Desenvolvimento de produtos e serviços	17.897	1.510	(3.329)	(1.429)	14.649
Softwares	<u>1.460</u>	<u>21</u>	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>852</u>
Total	<u>19.357</u>	<u>1.531</u>	<u>(3.958)</u>	<u>(1.429)</u>	<u>15.501</u>

- (*) O montante de R\$ 1.404, refere-se a baixa contabilizada em custo de serviços prestados, relativo a venda de software, desenvolvido pela Companhia.

	31/12/2018	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2019
Desenvolvimento de produtos e serviços	20.065	2.613	(4.781)	-	17.897
Softwares	<u>2.045</u>	<u>169</u>	<u>(742)</u>	<u>(12)</u>	<u>1.460</u>
Total	<u>22.110</u>	<u>2.782</u>	<u>(5.523)</u>	<u>(12)</u>	<u>19.357</u>

15 Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Materiais para estoques	11.663	8.918
Comunicação de dados por satélite	6.841	5.694
Serviços e contas de consumo	4.930	6.280
Telefonia de dados	1.463	1.566
Imobilizado	<u>-</u>	<u>323</u>
Total	<u>24.897</u>	<u>22.781</u>
Passivo circulante	23.124	21.107
Passivo não circulante	1.773	1.674

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Capital de giro (A)	61.296	39.240	61.296	39.240
Conta garantida (B)	-	5.059	-	5.059
Desconto de duplicatas (C)	976	2.630	976	2.630
Financiamento a fornecedores (D)	507	2.458	507	2.458
Financiamento de veículos (E)	401	-	401	-
Total	63.180	49.387	63.180	49.387
Passivo circulante	23.501	24.238	23.501	24.238
Passivo não circulante	39.679	25.149	39.679	25.149

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2020	Cronograma de amortização					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2021	2022	2023	2024	2025		
Banco Itaú Unibanco	A	12.925	4.601	4.540	3.784	-	-	CDI + 6% a.a.	36% de recebíveis de clientes , 64% de alienação de imóveis e aval do acionista.
Banco Itaú Unibanco	A	8.101	3.530	1.714	1.714	1.143	-	0,6967% a 0,93% a.m.	Aval do acionista.
Banco Sofisa	A	10.124	1.975	2.038	2.222	2.407	1.482	1,2% a.m.	40% de recebíveis de clientes, 10% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco CEF	A	7.280	3.030	3.000	1.250	-	-	CDI+0,35% a.m.	50% de recebíveis de clientes , 30% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Santander	A	6.020	2.605	3.415	-	-	-	0,86% a 0,90% a.m.	Alienação de imóvel, R\$160 de título de capitalização e aval do acionista.
Money Plus	A	4.902	1.685	1.603	1.614	-	-	1,013% a 1,80% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Bradesco	A	4.388	536	1.051	1.051	1.050	700	0,94%a.m.	Aval do acionista.
Sicredi	A	2.214	614	600	600	400	-	CDI+0,75% a.m.	67% de aplicação financeira.
FIDC Banco Urbano	A	2.044	2.044	-	-	-	-	1,0% a 1,30% a.m.	100% de recebíveis de clientes (“contratos de clientes”).
Banco Industrial	A	2.001	43	500	500	500	458	1,30% a.m.	20% de recebíveis de clientes, 20% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Safra	A	669	669	-	-	-	-	CDI+0,75%a.m..	40% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Daycoval	A	445	445	-	-	-	-	1,1988% a.m.	60% de recebíveis de clientes
Nexoos	A	183	157	26	-	-	-	1,47%a.m.	Aval do acionista
	A	61.296	21.934	18.487	12.735	5.500	2.640		
Banco Daycoval	C	976	976	-	-	-	-	1,58% a.m.	Aval do acionista
Banco Santander	D	507	507	-	-	-	-	1,16% a.m.	50% de recebíveis de clientes e 10% de título de capitalização
Banco Itaucard	E	401	84	83	83	83	68		
		63.180	23.501	18.570	12.818	5.583	2.708		

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2019	Cronograma de amortização					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2020	2021	2022	2023	2024		
Banco Itaú Unibanco	A	14.087	1.222	4.540	4.540	3.785	-	CDI + 6% a.a.	71% de recebíveis de clientes e 29% de aplicação financeira e aval do acionista.
Money Plus	A	6.468	1.852	1.629	1.629	1.358	-	1,013% a 1,52% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco CEF	A	5.002	2.859	2.143	-	-	-	CDI+0,40% a.m.	60% de recebíveis de clientes e 40% de aplicação financeira e aval do acionista.
Sicredi	A	3.079	621	858	600	600	400	CDI+0,75% a 1,1988% a.m.	67% de aplicação financeira
Banco Sofisa	A	2.833	1.708	1.125	-	-	-	CDI+0,65% a.m.	70% de recebíveis de clientes e 30% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Safra	A	2.471	1.805	666	-	-	-	CDI+0,75% a 0,95% a.m..	De 40% até 100% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Industrial	A	1.847	1.014	833	-	-	-	CDI+0,5% a.m.	90% de recebíveis de clientes e 10% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Bradesco	A	1.747	1.747	-	-	-	-	CDI+ 0,53% a 0,55% a.m.	100% de recebíveis de clientes
Banco Daycoval	A	981	538	443	-	-	-	1,1988% a.m.	60% de recebíveis de clientes
Banco ABC Brasil	A	558	558	-	-	-	-	CDI+7%a.a.	60% de aplicação financeira
Banco Pine	A	167	167	-	-	-	-	1,58% a.m.	50% de aplicação financeira
	A	39.240	14.091	12.237	6.769	5.743	400		
Banco Santander	B	2.949	2.949	-	-	-	-	1,76% a.m.	50% de recebíveis de clientes, 40% de aplicação financeira e 10% de título de capitalização.
Banco Safra	B	1.152	1.152	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
Banco Sofisa	B	302	302	-	-	-	-	2% a.m.	Aval do acionista
Banco Daycoval	B	250	250	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
Sicredi	B	249	249	-	-	-	-	2,85% a.m.	Aval do acionista
Banco Pine	B	157	157	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
	B	5.059	5.059	-	-	-	-		
FIDC Banco Urbano	C	1.855	1.855	-	-	-	-	2,5% a.m.	100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes")
Banco Daycoval	C	225	225	-	-	-	-	1,58% a.m.	Aval do acionista
Asia Fomento Mercantil	C	550	550	-	-	-	-	1,6% a.m.	Aval do acionista
	C	2.630	2.630	-	-	-	-		
Banco Bradesco	D	2.458	2.458	-	-	-	-	1,59% a.m.	N/A
		49.387	24.238	12.237	6.769	5.743	400		

Não há “covenants” financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.766
Novas captações	46.014
Pagamentos:	
Principal	(43.485)
Juros	<u>(8.378)</u>
Total dos pagamentos	(51.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	8.470
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.387
Novas captações	64.510
Pagamentos:	
Principal	(50.891)
Juros	<u>(7.849)</u>
Total dos pagamentos	(58.740)
Juros provisionados e encargos apropriados	<u>8.023</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>63.180</u></u>

17 Passivos de arrendamento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contratos de alugueis de imóveis	1.346	3.071	1.346	3.071
Contratos de alugueis de veículos	<u>1.064</u>	<u>1.635</u>	<u>1.064</u>	<u>1.635</u>
Total	<u>2.410</u>	<u>4.706</u>	<u>2.410</u>	<u>4.706</u>
Passivo circulante	1.098	1.727	1.098	1.727
Passivo não circulante	1.312	2.979	1.312	2.979

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2)	8.337
Reconhecimento de juros a apropriar	(739)
Pagamentos:	
Principal	(2.892)
Juros	<u>(103)</u>
Total dos pagamentos	(2.995)
Juros provisionados	103
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.706
Baixas por remensuração	(808)
Pagamentos:	
Principal	(1.488)
Juros	<u>(359)</u>
Total dos pagamentos	(1.847)
Juros provisionados	<u>359</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>2.410</u></u>

18 Salários, provisão para férias e encargos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Provisão para férias e encargos sociais	3.136	3.160	3.136	3.160
Instituto nacional de seguridade social – INSS	2.317	2.673	2.317	2.673
Participação nos lucros e resultados	935	2.125	935	2.125
Fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS	257	253	257	253
Outros	89	21	89	21
Total	<u>6.734</u>	<u>8.232</u>	<u>6.734</u>	<u>8.232</u>

19 Impostos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.207	257	1.207	257
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	759	476	759	476
Imposto sobre serviços – ISS	608	453	608	453
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	312	364	312	364
Programa integração social – PIS	164	94	164	94
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	130	606	130	606
Outros	181	303	181	303
Total	<u>3.361</u>	<u>2.553</u>	<u>3.361</u>	<u>2.553</u>

20 Impostos e contribuições parcelados

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19
Instituto nacional de seguridade social – INSS	5.135	3.326
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.518	2.200
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	2.324	2.178
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	1.244	698
Imposto sobre serviços – ISS	1.097	906
Programa de integração social – PIS	494	405
Outros	218	13
Total	<u>13.030</u>	<u>9.726</u>
Passivo circulante	3.710	2.203
Passivo não circulante	9.320	7.523

(*) Refere-se substancialmente ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar de R\$ 1.645 (R\$1.996 em 2019) possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 8).

21 Partes relacionadas

a. Saldos e transações com partes relacionadas

	Show Prestadora de Serviços (Acionista)		BLCKD I (Controlada)	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Saldos patrimoniais				
Ativo circulante				
Contas a receber (i)	1.352	982	-	-
Indenizações a receber (ii)	-	6.626	-	-
Contrato de mútuo (iii)	-	14.562	-	-
	1.352	22.170	-	-
Ativo não circulante				
Contas a receber (i)	804	-	-	-
Indenizações a receber (ii)	10.607	4.201	-	-
Contratos de mútuo (iii)	-	6.674	-	-
	11.411	10.875	-	-
Passivo não circulante (iv)	-	-	(5)	-
Total	12.763	33.045	(5)	-

	Show Prestadora de Serviços (Acionista)		BLCKD I (Controlada)	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Resultado				
Receitas				
Receita líquida de vendas de produtos (i)	1.099	1.284	-	-
Receita líquida de vendas de serviços(i)	3.548	18	-	-
Atualização monetária sobre indenizações (ii)	225	100	-	-
Juros sobre contratos de mútuo (iii)	719	34	-	-
	5.591	1.436	-	-
Custos e despesas				
Custos dos produtos vendidos (i)	(953)	(1.114)	-	-
Custos dos serviços prestados(i)	(2.257)	(9)	-	-
	(3.210)	(1.123)	-	-
Total	2.381	313	-	-

- (i) Saldos representados por vendas de produtos, licença de uso de software, prestação de serviços de assessoria técnica e operacional.
- (ii) Saldos de indenização a receber – conforme descrito na nota explicativa nº 8
- (iii) Saldo a receber representado por contrato de mútuo, sujeitos a juros de 1,64% ao mês, com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2021.

A movimentação do contrato de mutuo no ativo circulante e não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Cessão de obrigação	14.562
Valores cedidos	5.179
Valores de ressarcimento de despesas a pagar	1.571
Juros provisionados	34

Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.346
Valores cedidos	6.429
Valores de ressarcimento de despesas a pagar	2.046
Juros provisionados	719
Redução de capital social, conforme AGE's de 30 de junho e 31 de dezembro	(30.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

- (i) O saldo a pagar era representado por contrato de mutuo com BLCKD I Participações S/A (controlada).

b. Remuneração dos administradores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os honorários dos administradores foram de R\$960 e R\$1.480, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

22 Passivo relacionado ao ativo mantido para venda

Em 17 de outubro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no montante de R\$ 28.972, a ser cumprida mediante a dação em pagamento até 21 de junho de 2021, ao ex-acionista, Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S/A e PRMOII Participações Ltda, cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis com valor de avaliação de venda forçada de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2020, os dois imóveis (“terrenos”) localizados no município de Candeias – BA, no valor de R\$ 25.000, estão contabilizados na conta de ativo não circulante mantido para venda.

Segue abaixo a movimentação dos imóveis (“terrenos”) registrados nos ativo não circulante mantido para venda, considerando o valor de avaliação de venda forçada.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Custo de aquisição do terreno 1 – ativo da BLCKD I	3.752
Reconhecimento do ajuste ao valor justo – (conforme laudo de avaliação)	10.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.410
Custo de aquisição do terreno 1 – ativo da PRMO II	2.430
Reconhecimento do ajuste ao valor justo – (conforme laudo de avaliação)	5.970
Reconhecimento do ajuste ao valor justo – (conforme laudo de avaliação)	2.190
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.000

Neste contexto, a liquidação o passivo relacionado ao ativo de mantido para venda será concluída até 21 de junho de 2021, com a dação em pagamento das controladas da Companhia.

23 Benefícios fiscais

a. ICMS

A Companhia possui, no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica “Deduções de vendas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$599 e R\$450, respectivamente.

b. IPI

Entrou em vigor a partir 1º de abril de 2020, nova legislação que trata do estabelecimento de incentivos fiscais para as empresas das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, além das de investimentos em pesquisas, dispendo sobre uma política industrial para esses setores. De acordo com legislação, não há mais isenção e redução de tributos, e sim o fornecimento de créditos, que tem como base os valores investidos nesses segmentos, inclusive nos setores de desenvolvimento e inovação. Em 2020 a Companhia não apurou créditos previstos na respectiva legislação.

Até 31 de março de 2020, conforme previsto na legislação anterior, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$624 e R\$ 3.716 respectivamente.

24 Provisão para riscos e depósitos judiciais

24.1 Provisões contabilizadas

A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Tributários	201	-	201	-
Trabalhistas (a)	921	1.070	920	1.070

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Obrigações com terceiros (b)	2.468	2.839	2.468	2.839
Cíveis (c)	<u>14.345</u>	<u>5.266</u>	<u>14.346</u>	<u>5.266</u>
Total	<u>17.935</u>	<u>9.175</u>	<u>17.935</u>	<u>9.175</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (b) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários (“sucess fee”), com classificação de risco possível.
- (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados e discussão sobre indenizações a pagar a ex-diretores da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, parte das provisões, no valor de R\$2.169, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

A movimentação das provisões é como segue:

	31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributários	-	176	25		201
Trabalhistas	1.070	127	-	(276)	921
Obrigações com terceiros	2.839	15	(70)	(316)	2.468
Cíveis (*)	<u>5.266</u>	<u>7.607</u>	<u>2.480</u>	<u>(1.008)</u>	<u>14.345</u>
Total	<u>9.175</u>	<u>7.925</u>	<u>2.435</u>	<u>(1.600)</u>	<u>17.935</u>

- (*) Em adições, o montante de R\$ 7.342 refere-se à reclassificação de saldo, contabilizado originalmente em 2019, na conta de Indenizações a Pagar. Em atualização monetária, o montante de R\$ 2.046 refere-se a valor para ressarcimento do acionista, contabilizado em contrapartida a conta de partes relacionadas.

	31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/2019
Tributários	130	-	(130)	-	-
Trabalhistas	644	728	(19)	(283)	1.070
Obrigações com terceiros	2.759	80	-	-	2.839
Cíveis	<u>6.373</u>	<u>1.368</u>	<u>(573)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>5.266</u>
Total	<u>9.906</u>	<u>2.176</u>	<u>(722)</u>	<u>(2.185)</u>	<u>9.175</u>

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Tributários	129.384	136.667	129.384	136.667
Trabalhistas	12.654	13.850	12.654	13.850
Cíveis	2.528	2.385	2.528	2.385
Total	144.566	152.902	144.566	152.902

24.2 Contingências passivas para as quais não há provisões

Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir:

a. *ICMS sobre prestação de serviços de comunicação*

Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$110.622 (já acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 109.770 em 31 de dezembro de 2019). Desse montante, R\$74.454 referem-se à Zatix e R\$36.168 a TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009) em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 74.011 e R\$ 35.759, respectivamente em 31 de dezembro de 2019).

No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a Companhia, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária

b. *IRPJ e CSLL*

Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para

investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas “empresas veículos”. Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) Glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito negocial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil.

Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii). Em 18 de junho de 2020, a Companhia foi intimada, porém não recorreu da parcela desfavorável (item ii). O cancelamento dos Autos de Infração, referentes aos ágios glosados com base na alegação de "empresa-veículo", é definitivo. Remanesceu apenas o valor referente ao ágio apurado sobre PL negativo - que não resultou em saldo a pagar, pois os valores foram compensados com prejuízos fiscais e bases negativas de CSL.

24.3 Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19
Tributários	346	346
Trabalhistas	37	86
Cíveis (a)	<u>5.498</u>	<u>912</u>
Total	<u>5.881</u>	<u>1.344</u>

- (a) Em processos cíveis – a Companhia efetuou depósitos judiciais no decorrer de 2020, no montante de R\$ 4.586, relativo a discussão sobre indenizações a pagar à ex-diretores da Companhia.

25 patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 185.104 (R\$215.644 em 31 de dezembro de 2019, representado respectivamente por 52.515.927 e 69.507.684 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações
Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.	52.515.927

Segue abaixo movimentação do capital social em 2020 e 2019

Saldo em 31 de dezembro de 2018	197.480
Aumento de capital em 30 de junho e 25 setembro	32.574
Redução de capital com saldo de parte relacionada em 31 de outubro	<u>(14.410)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	215.644
Redução de capital com saldo de parte relacionada em 30 de junho e 31 de dezembro	<u>(30.540)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>185.104</u>

b. Reserva legal

Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a Lei da S/A, o lucro líquido auferido no exercício, foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados da Companhia.

26 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Lucro do exercício	5.909	6.002
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	63.708	66.373
Resultado básico/diluído por ação – em reais	0,089	0,086

27 Receita líquida de vendas e serviços

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19
Receita Bruta		
Vendas de produtos e mercadorias	48.271	40.483
Licença de uso de software	100.497	87.912
Comunicação e processamento de dados	23.344	24.015
Serviços de assistência técnica	13.557	13.006
Monitoramento (auxílio na localização)	6.268	7.940
Locações	<u>268</u>	<u>66</u>
	192.205	173.422
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(16.112)	(10.793)
Impostos sobre vendas de serviços	(12.440)	(12.088)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Receita Bruta	<u>(2.930)</u>	<u>(1.232)</u>
Devoluções de vendas	<u>(31.482)</u>	<u>(24.113)</u>
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	<u>160.723</u>	<u>149.309</u>

28 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos produtos e serviços vendidos				
Custos dos produtos vendidos	(26.908)	(24.431)	(26.908)	(24.431)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(28.096)	(21.535)	(28.096)	(21.535)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(17.981)	(20.476)	(17.981)	(20.476)
Data center, telemetria e licença de uso	(9.790)	(8.301)	(9.790)	(8.301)
Depreciações e amortizações	(9.673)	(11.757)	(9.673)	(11.757)
Custos com assistência técnica	(6.053)	(3.616)	(6.053)	(3.616)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.404)	-	(1.404)	-
Viagens e deslocamentos	(1.392)	(2.354)	(1.392)	(2.354)
Outras	(676)	(7)	(676)	(7)
Total	<u>(101.973)</u>	<u>(92.477)</u>	<u>(101.973)</u>	<u>(92.477)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Salários, provisões, encargos e benefícios	(8.182)	(11.291)	(8.182)	(11.291)
Depreciações e amortizações	(1.988)	(2.478)	(1.988)	(2.478)
Consultoria em tecnologia da informação	(1.620)	(762)	(1.620)	(762)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.289)	(1.829)	(1.289)	(1.829)
Honorários e gratificações a Administradores	(960)	(1.480)	(960)	(1.480)
Despesas com imóveis alugados	(807)	(1.307)	(807)	(1.307)
Honorários advocatícios e de auditoria	(758)	(1.431)	(758)	(1.431)
Manutenção e licenciamento de software	(424)	(340)	(424)	(340)
Materiais e serviços de consumo	(49)	(82)	(49)	(82)
Outras	(1.815)	(2.310)	(1.815)	(2.310)
Total	<u>(17.892)</u>	<u>(23.310)</u>	<u>(17.892)</u>	<u>(23.310)</u>
Despesas com vendas				
Salários, provisões, encargos e benefícios	(7.477)	(7.568)	(7.477)	(7.568)
Comissões de vendas	(4.971)	(4.698)	(4.971)	(4.698)
Propaganda e publicidade	(718)	(1.690)	(718)	(1.690)
Viagens e deslocamentos	(520)	(1.048)	(520)	(1.048)
Perda com créditos de clientes	(171)	(474)	(171)	(474)
Telefonia fixa, celular e internet	(37)	(43)	(37)	(43)
Depreciações e amortizações	(4)	-	(4)	-
Outras	(271)	(348)	(271)	(348)
Total	<u>(14.169)</u>	<u>(15.869)</u>	<u>(14.169)</u>	<u>(15.869)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Ajuste a valor justo – nota explicativa - nº 22	5.970	10.658	8.160	10.658
Crédito tributário PIS e da COFINS – nota explicativa nº 7	-	4.169	-	4.169

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Indenizações contratuais-nota explicativa nº 24.1	-	(7.018)	-	(7.018)
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	(2.551)	589	(2.551)	589
Perdas de estoques	(1.496)	(2.534)	(1.496)	(2.534)
Despesas e impostos com sucateamento de estoques	(1.025)	(1.738)	(1.025)	(1.738)
Manutenção de ativo imobilizado	(784)	(1.867)	(784)	(1.867)
Provisão para riscos	(583)	(1.454)	(583)	(1.454)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(26)	(222)	(26)	(222)
Outras	1.387	(807)	1.386	(807)
Total	892	(224)	3.081	(224)

29 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras:				
Juros sobre contratos com partes relacionadas	719	34	719	34
Juros sobre contratos de clientes	717	661	717	661
Juros ativos	335	399	335	399
Rendimentos sobre aplicações financeiras	317	469	317	469
Variações cambiais sobre fornecedores	309	58	309	58
Atualização monetária sobre indenizações a receber	225	100	225	100
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	30	44	30	44
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	6	2.277	6	2.277
Demais receitas financeiras	7	9	7	9
Total	2.665	4.051	2.665	4.051
Despesas Financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.023)	(8.470)	(8.023)	(8.470)
Juros sobre impostos e contribuições	(2.654)	(2.078)	(2.654)	(2.078)
Despesas bancárias	(2.424)	(1.206)	(2.424)	(1.206)
Juros passivos	(2.349)	(1.886)	(2.349)	(1.886)
Juros antecipações de recebíveis de clientes	(1.094)	(531)	(1.094)	(531)
Prêmios e comissões sobre operações financeiras	(550)	-	(550)	-
Variações cambiais sobre fornecedores	(519)	(227)	(519)	(227)
Atualização monetária sobre provisão para riscos	(389)	-	(389)	-
Juros sobre passivos de arrendamento	(359)	(103)	(359)	(103)
Atualização monetária sobre fornecedores	(99)	(124)	(99)	(124)
Demais despesas financeiras	(2.471)	(194)	(2.471)	(194)
Total	(20.931)	(14.819)	(20.931)	(14.819)
Resultado financeiro	(18.266)	(10.768)	(18.266)	(10.768)

30 Obrigações e compromissos

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- a. Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$28.096 e R\$21.535, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”. Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2020.
- b. Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguéis totalizam R\$ 15 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.239 em 2019).
- c. Seguro garantia – contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$4.772 em 31 de dezembro de 2020. (R\$ 3.332 em 2019).

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019:

Controladora

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1.984	2.140	1.984	2.140
	Valor justo por meio do resultado	7.928	15.824	7.928	15.824
Aplicação financeira	Custo amortizado	19.323	15.310	19.323	15.310
Contas a receber	Custo amortizado	10.929	11.490	10.929	11.490
Indenizações a receber	Custo amortizado	-	6.784	-	6.784
Partes relacionadas	Valor justo por meio do resultado	5.881	1.344	5.881	1.344
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3.630	929	3.630	929
Outras contas a receber					
Total dos ativos financeiros		49.675	53.821	49.675	53.821

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
		Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	24.897	22.781	24.897	22.781
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	63.180	49.387	63.180	49.387
Partes relacionadas	Custo amortizado	5	-	5	-
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	2.410	4.706	2.410	4.706
Total dos passivos financeiros		90.492	76.874	90.492	76.874

Consolidado

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
		Ativos Financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1.979	2.140	1.979	2.140
Aplicação financeira	Valor justo por meio do resultado	7.928	15.824	7.928	15.824
Contas a receber	Custo amortizado	19.323	15.310	19.323	15.310
Indenizações a receber	Custo amortizado	10.929	11.490	10.929	11.490
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.784	-	6.784
Ativo não circulante mantido para venda	Valor justo por meio do resultado	25.000	14.410	25.000	14.410
Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado	5.881	1.344	5.881	1.344
Outras contas a receber	Custo amortizado	3.630	929	3.630	929
Total dos ativos financeiros		74.670	68.231	74.670	68.231

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
		Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	24.837	22.781	24.837	22.781
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	63.180	49.387	63.180	49.387
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	2.410	4.706	2.410	4.706
Total dos passivos financeiros		90.427	76.874	90.427	76.874

Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e financiamentos. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de

dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para o ano 2021, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 3,50% para o ano 2021, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	3,50%	4,38%	5,25%
Valor dos empréstimos e financiamentos		63.180	63.180	63.180
Despesa financeira estimada		2.211	2.767	3.317

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

- (a) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020	29.220	22.852	23.510	75.582
Empréstimos e financiamentos				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019:				
Empréstimos e financiamentos	28.700	14.477	7.348	50.525

Como os valores inclusos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

- (b) **Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- (c) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

- (d) **Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha “rating” de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	63.180	49.387
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.907)</u>	<u>(17.964)</u>
Dívida líquida (A)	<u>53.273</u>	<u>31.423</u>
Patrimônio líquido (B)	95.740	120.371
(=) Índice de endividamento (A/B)	<u>55,6%</u>	<u>26,1%</u>

- (e) **Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$1.506.

32 Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores.	100.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubos e alagamentos e inundação).	15.844
Lucros cessantes	7.800
Riscos financeiros na modalidade judicial para execução fiscal	4.429

33 Itens que não afetam o caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Aumento de capital com conversão de Debêntures	-	28.972	-	28.972
Cessão de dívida do acionista para a Companhia	-	14.410	-	14.410
Ajuste a valor justo	5.970	10.658	8.160	10.658
Aumento de capital em controlada com imóveis	2.430	3.752	2.430	3.752
Aquisição de imobilizado – não pagos	2.732	-	2.732	-
Aumento de capital na companhia com imóvel do acionista	-	3.602	-	3.602
Redução de capital com saldo de mutuo com parte relacionada	<u>(30.540)</u>	<u>(14.410)</u>	<u>(30.540)</u>	<u>(14.410)</u>
	(19.408)	46.984	(17.218)	46.984

34 Eventos Subsequentes

Até abril a Companhia foi ao mercado e captou empréstimos de R\$ 10.500, por prazo de 10 a 36 meses que aumentou a disponibilidade de fluxo de caixa.

* * *

Eduardo Leite Cruz Lacet
Presidente

Cristiane Akiko Momoi
Vice Presidente

Alexandre Ferreira da Silva
Diretor Financeiro – CRC 1SP 181.366/O-9



Mais integrado, conectado e seguro.

Zatix Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.585.974/0001-72

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A Administração da Zatix Tecnologia S.A. submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.912	17.964	9.907	17.964	Fornecedores	15	23.124	21.107	23.124	21.107
Contas a receber	5	18.416	15.167	18.416	15.167	Empréstimos e financiamentos	16	23.501	24.238	23.501	24.238
Estoques	6	18.452	14.056	18.452	14.056	Passivos de arrendamento	17	1.098	1.727	1.098	1.727
Impostos a recuperar	7	3.323	5.159	3.323	5.159	Salários, provisão para férias e encargos	18	6.734	8.232	6.734	8.232
Indenizações a receber	8	–	6.626	–	6.626	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	1.195	943	1.195	943
Partes relacionadas	21	–	14.562	–	14.562	Impostos a recolher	19	3.361	2.553	3.361	2.553
Outras contas a receber		2.327	895	2.327	895	Impostos e contribuições parcelados	20	3.710	2.203	3.710	2.203
Ativo não circulante mantido para venda	9	–	–	25.000	14.410	Partes relacionadas	21	5	–	–	–
Total do ativo circulante		52.430	74.429	77.425	88.839	Outras contas a pagar		2.990	–	2.990	–
Não circulante						Adiantamentos de clientes		795	55	795	55
Contas a receber	5	907	143	907	143	Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	22	25.000	28.972	25.000	28.972
Indenizações a receber	8	10.929	4.864	10.929	4.864	Total do passivo circulante		91.513	90.030	92.247	90.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.134	14.784	16.134	14.784	Fornecedores	15	1.773	1.674	1.773	1.674
Depósitos judiciais	24.3	5.881	1.344	5.881	1.344	Empréstimos e financiamentos	16	39.679	25.149	39.679	25.149
Partes relacionadas	21	–	6.784	–	6.784	Passivos de arrendamento	17	1.312	2.979	1.312	2.979
Outras contas a receber		1.303	34	1.303	34	Indenizações a pagar	24.1	–	7.342	–	7.342
Total do ativo realizável a longo prazo		35.154	27.953	35.154	27.953	Impostos e contribuições parcelados	20	9.320	7.523	9.320	7.523
Investimentos	11	24.261	14.410	–	–	Provisão para riscos	24.1	17.935	9.175	17.935	9.175
Imobilizado	12	26.302	20.530	26.302	20.530	Outras contas a pagar		1.644	–	1.644	–
Direito de uso	13	2.410	4.706	2.410	4.706	Total do passivo não circulante		71.663	53.842	71.663	53.842
Intangível:						Patrimônio líquido					
Ágio na aquisição de investimentos	14	102.858	102.858	102.858	102.858	Capital social	25	185.104	215.644	185.104	215.644
Outros intangíveis	14	15.501	19.357	15.501	19.357	Prejuízos acumulados		(89.364)	(95.273)	(89.364)	(95.273)
Total do ativo não circulante		206.486	189.814	182.225	175.404	Total do patrimônio líquido		95.740	120.371	95.740	120.371
Total do ativo		258.916	264.243	259.650	264.243	Total do passivo e patrimônio líquido		258.916	264.243	259.650	264.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	27	160.723	149.309	160.723	149.309
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(101.973)	(92.477)	(101.973)	(92.477)
Lucro bruto		58.750	56.832	58.750	56.832
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(17.982)	(23.310)	(17.982)	(23.310)
Com vendas	28	(14.169)	(15.869)	(14.169)	(15.869)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(3.345)	(825)	(3.345)	(825)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.451	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	892	(224)	3.081	(224)
Lucro operacional		25.597	16.604	26.335	16.604
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	2.665	4.051	2.665	4.051
Despesas financeiras	29	(20.931)	(14.819)	(20.931)	(14.819)
		(18.266)	(10.768)	(18.266)	(10.768)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.331	5.836	8.069	5.836
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	10.b	(2.772)	(1.086)	(3.510)	(1.086)
Diferidos	10.b	1.350	1.252	1.350	1.252
Lucro do exercício		5.909	6.002	5.909	6.002
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	26	0,089	0,086	0,089	0,086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		197.480	(101.275)	96.205
Aumento de capital com conversão de debêntures, conforme AGE de 30 de junho	1.3	28.972	–	28.972
Aumento de capital com integralização de terreno, conforme AGE de 25 de setembro		3.602	–	3.602
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de outubro		(14.410)	–	(14.410)
Lucro do exercício		–	6.002	6.002
Saldos em 31 de dezembro de 2019		215.644	(95.273)	120.371
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 30 de junho	21 (iii)	(20.799)	–	(20.799)
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de dezembro	21 (iii)	(9.741)	–	(9.741)
Lucro do exercício		–	5.909	5.909
Saldos em 31 de dezembro de 2020		185.104	(89.364)	95.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício		5.909	6.002	5.909	6.002
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício		5.909	6.002	5.909	6.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		5.909	6.002	5.909	6.002
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Despesas de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	10	1.422	(166)	2.160	(166)
Depreciações e amortizações	12,13,14	11.665	14.235	11.665	14.235
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12,14	26	222	26	222
Ajuste a valor justo	22	(5.970)	(10.658)	(8.160)	(10.658)
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	6	2.551	(589)	2.551	(589)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	3.345	825	3.345	825
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.451)	–	–	–
Provisão de ajuste a valor presente - fornecedores		–	76	–	76
Constituição de provisão para riscos	24.1	583	1.454	583	1.454
Atualização monetária sobre fornecedores	29	99	124	99	124
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16	8.023	8.470	8.023	8.470
Juros sobre debêntures	29	–	1.691	–	1.691
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mútuo passivo		–	693	–	693
Juros sobre indenizações a pagar		–	324	–	324
Juros sobre passivos de arrendamento	17	359	103	359	103
Atualização monetária sobre provisão para riscos	24.1	389	–	389	–
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	29	(6)	(2.277)	(6)	(2.277)
Atualização monetária sobre indenizações a receber	8	(225)	(100)	(225)	(100)
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mútuo ativo	21	(719)	(34)	(719)	(34)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	29	(30)	(44)	(30)	(44)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(5.954)	(3.431)	(5.954)	(3.431)
Estoques		(6.947)	(2.273)	(6.947)	(2.273)
Impostos a recuperar		1.842	(292)	1.842	(292)
Depósitos judiciais		(4.507)	36	(4.507)	36
Indenizações a receber		786	79	786	79
Outras contas a receber		(2.701)	(12)	(2.701)	(12)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(8.052)	4.465	(8.052)	4.465
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	4	17.964	13.499	17.964	13.499
Saldo final	4	9.912	17.964	9.907	17.964
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(8.052)	4.465	(8.052)	4.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Zatix Tecnologia S.A. ("Zatix" ou "Companhia") localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática "B2B", para que seus clientes, sejam eles pequenas médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística). **1.1. Impactos causados pela pandemia da COVID-19:** A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual. (ii) suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações. A Administração continua a avaliar constantemente o eventual impacto que a pandemia pode causar nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, e tomará as medidas necessárias para preservação, mitigação dos riscos e impactos, caso haja uma deterioração dos cenários. A Administração não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID-19 dada as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. Adicionalmente a Administração também não espera outros impactos significativos em outros ativos financeiros e não financeiros. **1.2. Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 5.909 (R\$ 6.002 em 31 de dezembro de 2019), e possui insuficiência de capital circulante líquido controladora e consolidado respectivamente de R\$ 39.083 e R\$14.822 (R\$15.601 e R\$1.191) em 31 de dezembro de 2019. A administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo crescimento contínuo das operações, melhoria da gestão de capital de giro. De acordo com a avaliação da administração, mesmo com a insuficiência de

capital circulante líquido em 2020, a Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que: • Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2021, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixa dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses. • Há linhas de créditos disponíveis à Companhia para pagamento a longo prazo. **1.3. Eventos significativos:** Em 19 de junho de 2019, (a) os acionistas da Companhia efetuarão a venda da totalidade de suas respectivas participações para Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., empresa situada em Guarabira na PB, que disponibiliza soluções de tecnologia para rastreamento e monitoramento de bens e pessoas; Em 30 de junho de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral e Extraordinária à conversão das debêntures em capital social na Companhia, como aumento de capital em R\$ 28.972; Em 3 de setembro de 2019, a Secretária da Receita Federal efetuou a habilitação do crédito tributário de PIS e da COFINS, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente, que questionava a constitucionalidade da inclusão do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. **2. Base de preparação:** **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 30 de abril de 2021. **2.3 Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor

justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.5 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.7 Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável. **2.8 Ativo não circulante mantido para venda:** A Companhia e sua controlada classificam um ativo não circulante como disponível para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia e sua controlada alterem esse período. O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. **2.9 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 7 de maio de 2021 às 01:22:00

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Rastreadores em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	5
Benefeitorias em propriedade de terceiros	3 a 5
Outros	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.10 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment): Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA). **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.12 Ágio:** A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os

ativos deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. **2.13 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.14 Provisão para riscos:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do defecho esperado para as causas. **2.15 Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos. (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia. (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação. **2.16 Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **2.17 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subseqüente: Ativos Financeiros:** (i) No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. (ii) Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (iii) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (iv) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (v) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (vi) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; (iii) Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar

se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera: (i) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. • Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subseqüente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.18 Operações de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamento. **2.19 Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: (a) **Provisão para perdas esperadas do contas a receber** - nota explicativa nº 5. (b) **Provisão para perdas de estoques** - nota explicativa nº 6. (c) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** - nota explicativa nº 14. (d) **Impostos diferidos** - nota explicativa nº 10. (e) **Provisão para riscos vinculados a processos judiciais** - nota explicativa 24. **2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. **2.21 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.22 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **2.23 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.24 Novos CPC's, revisões e interpretações do ICP (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. **Impacto da aplicação inicial da alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.** Em maio de 2020, o CPC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas a Covid-19 (alterações ao CPC 06 (R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada a Covid-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada a Covid-19 aplicando a norma como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. O expediente prático é aplicável apenas para concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior a mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamentos maiores após de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) (conforme emitidas em maio de 2020) a partir da sua data de vigência e não teve impactos. **2.25 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) **Contratos Onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. (b) **Reforma da taxa de juros de referência** - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge. (i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa: As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. (ii) Contabilidade de hedge: As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas: - Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma. - Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados. - Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge. - Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação. (iii) Divulgação: As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da

entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas. (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas:

	Controladora			
	31/12/20	31/12/19		
Participação direta em controlada:				
BLCKD I Participações S.A. (*)	100%	100%		
PRMO II Participações Ltda. (*)	100%	-		

(*) Atividade principal - administração de bens imóveis. Veja maiores detalhes na nota explicativa 11.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos (a)	1.984	2.140	1.979	2.140
Títulos de capitalização (b)	192	640	192	640
Fundos de investimentos	2.525	3.028	2.525	3.028

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Certificado de Depósito Bancário - CDB (c)	5.211	12.156	5.211	12.156
Total	9.912	17.964	9.907	17.964

(a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança. (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 99% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

5. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contas a receber	21.934	16.305		

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes

	(2.611)	(995)		
Total	19.323	15.310		

Ativo circulante

	18.416	15.167		
Ativo não circulante	907	143		

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/20	31/12/19		
A vencer	15.354	11.456		

Vencidos: Até 30 dias

	2.691	2.185		
--	-------	-------	--	--

Entre 31 e 90 dias

	1.032	1.094		
--	-------	-------	--	--

Entre 91 e 180 dias

	1.090	680		
--	-------	-----	--	--

Entre 181 a 360

	1.373	890		
--	-------	-----	--	--

Acima de 360 dias

	394	-		
--	-----	---	--	--

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes

	(2.611)	(995)		
Total	19.323	15.310		

As contas a receber de clientes são representadas pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificadas como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável). As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são constituídas com base no modelo apresentado no CPC 48, com base nos percentuais históricos de perda e comportamento da inadimplência da carteira de clientes. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.249)			
Adições	(825)			
Perdas efetivadas	5.079			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(995)			
Adições	(3.345)			
Perdas efetivadas	1.729			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.611)			

6. Estoques:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matéria-prima	3.833	2.477		

Produtos em elaboração

	2.511	1.223		
--	-------	-------	--	--

Produtos acabados

	2.965	3.513		
--	-------	-------	--	--

Mercadorias para revenda

	2.061	1.271		
--	-------	-------	--	--

Equipamentos e peças em poder de terceiros

	8.775	6.685		
--	-------	-------	--	--

Materiais de consumo e importações em andamento

	1.433	1.673		
--	-------	-------	--	--

Controladora e Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019		
Total	21.578	16.842		

Provisão para perdas nos estoques (*)

	(3.126)	(2.786)		
Total	18.452	14.056		

(*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento. A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2018

	(3.375)			
--	---------	--	--	--

Baixa de itens do estoque

	589			
--	-----	--	--	--

Saldo em 31 de dezembro de 2019

	(2.786)			
--	---------	--	--	--

Constituição de provisão

	(2.551)			
--	---------	--	--	--

Baixa de itens do estoque

	2.211			
--	-------	--	--	--

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	(3.126)			
--	---------	--	--	--

7. Impostos a recuperar:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (**)	2.307	935		

Imposto sobre Serviços - ISS

	312	187		
--	-----	-----	--	--

PIS e COFINS a recuperar (*)

	41	3.714		
--	----	-------	--	--

Outros impostos a recuperar

	663	323		
--	-----	-----	--	--

Total

	3.323	5.159		
--	-------	-------	--	--

(*) Refere-se substancialmente ao êxito em ação judicial, transitada em julgado, em 28 de fevereiro de 2019 e homologada pela a Secretaria da Receita Federal em 3 de setembro de 2019, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente. (**) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados no curto prazo, com débitos decorrentes de vendas no mercado interno. **8. Indenizações a receber:** Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. ("Rodosis") em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. ("Control Loc") em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. ("Teletrim") em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. ("ControlSat") em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente. Em 19 de junho de 2019, com a alteração societária, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas. Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Processos já materia- lizados e já pagos	322	-	322	663

Riscos ainda não pagos, mas provisionados

	6.793	3.814	10.607	10.827
--	-------	-------	--------	--------

Total das indenizações a receber

	7.115	3.814	10.929	11.490
--	-------	-------	--------	--------

Ativo circulante

	-	-	-	6.626
--	---	---	---	-------

Ativo não circulante

	-	- 10.929	-	4.864
--	---	----------	---	-------

(*) Desse montante, R\$1.645 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 20), R\$2.169 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 24). A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.469			
---------------------------------	--------	--	--	--

Reversões de processos a receber do acionista da Companhia

	(168)			
--	-------	--	--	--

Atualização monetária a receber do acionista

	100			
--	-----	--	--	--

Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida

	89			
--	----	--	--	--

Saldo em 31 de dezembro de 2019

	11.490			
--	--------	--	--	--

Reversões de processos a receber do acionista da Companhia

	(29)			
--	------	--	--	--

Atualização monetária a receber do acionista

	225			
--	-----	--	--	--

Recebimentos

	(757)			
--	-------	--	--	--

Saldo em

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo seguem as informações das controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício (*)		% Participação
	Ativo	Passivo	31/12/2020	31/12/2019	
BLCKD I Participações S.A.	14.410	-	14.410	-	100%
PRMO II Participações Ltda.	10.590	739	9.851	1.451	100%
Total	25.000	739	24.261	1.451	100%

(*) Inclui os valores de ajuste ao valor justo, de ativo não circulante mantido para venda, líquido de efeitos tributários.

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício		% Participação
	Ativo	Passivo	31/12/2019	31/12/2019	
BLCKD I Participações S.A.	14.410	-	14.410	-	100%
Total	14.410	-	14.410	-	100%

12. Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação - %		Controladora e Consolidado		% Participação
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Rastreadores em comodato	14 a 20	49.053	(30.109)	18.944	17.965
Terrenos	-	4.718	-	4.718	-
Equipamentos de informática	10 a 33,33	12.109	(11.149)	960	1.236
Veículos	20	613	(36)	577	-
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.686	(1.219)	467	575
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.322	(991)	331	466
Beneficiárias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.125	(3.876)	249	233
Outros	10 a 20	1.151	(1.095)	56	55
Total		74.777	(48.475)	26.302	20.530

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/19		31/12/20		31/12/20	31/12/19
	Adições	Baixas	Depreciações	Depreciações		
Rastreadores em comodato	17.965	6.117	-	(5.138)	18.944	17.965
Terrenos (*)	-	4.718	-	-	4.718	-
Equipamentos de informática	1.236	393	-	(669)	960	1.236
Veículos	-	589	-	(12)	577	-
Máquinas e equipamentos	575	19	(1)	(126)	467	575
Móveis e utensílios	466	5	-	(140)	331	466
Beneficiárias em propriedade de terceiros	233	90	-	(74)	249	233
Outros	55	61	-	(60)	56	55
Total	20.530	11.992	(1)	(6.219)	26.302	20.530

(*) Os terrenos adquiridos no decorrer do exercício de 2020, foram cedidos em alienação fiduciária, para garantia de operações de empréstimos (conforme divulgado na nota explicativa nº 16).

	31/12/18		31/12/19		31/12/19	31/12/18
	Adições	Baixas	Depreciações	Depreciações		
Rastreadores em comodato	17.889	5.213	(210)	(4.927)	17.965	17.889
Equipamentos de informática	1.739	148	-	(651)	1.236	1.739
Máquinas e equipamentos	595	60	-	(80)	575	595
Móveis e utensílios	540	15	-	(89)	466	540
Beneficiárias em propriedade de terceiros	71	242	-	(80)	233	71
Outros	69	-	-	(14)	55	69
Total	20.903	5.678	(210)	(5.841)	20.530	20.903

13. Direitos de uso:

	Taxa anual de amortização - %		Controladora e Consolidado		% Participação
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	2.286	(941)	1.345	3.089
Direito de uso de veículos	25	1.506	(441)	1.065	1.617
Total		3.792	(1.382)	2.410	4.706

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/19		31/12/20		31/12/20	31/12/19
	passivos de arrendamento (*)	Amortizações	passivos de arrendamento (*)	Amortizações		
Direito de uso de imóveis	3.089	(804)	(941)	1.345	1.345	3.089
Direito de uso de veículos	1.617	(4)	(548)	1.065	1.065	1.617
Total	4.706	(808)	(1.488)	2.410	2.410	4.706

(*) Refere-se a remensuração de saldos de passivos de arrendamento, para refletir a expectativa dos valores que serão pagos, em decorrência da rescisão de contratos efetuadas em 2020.

Instituição financeira	Referência	Saldo					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
		31/12/2020	2021	2022	2023	2024		
Banco Itaú Unibanco	A	12.925	4.601	4.540	3.784	-	-	36% de recebíveis de clientes, 64% de alienação de imóveis e aval do acionista.
Banco Itaú Unibanco	A	8.101	3.530	1.714	1.714	1.143	-	6,9967% a 0,93% a.m. Aval do acionista.
Banco Sofisa	A	10.124	1.975	2.038	2.222	2.407	1.482	1,2% a.m. 40% de recebíveis de clientes, 10% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco CEF	A	7.280	3.030	3.000	1.250	-	-	CDI + 0,35% a.m. 50% de recebíveis de clientes, 30% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Santander	A	6.020	2.605	3.415	-	-	-	0,86% a 0,90% a.m. Alienação de imóvel, R\$160 de título de capitalização e aval do acionista.
Money Plus	A	4.902	1.685	1.603	1.614	-	-	1,013% a 1,80% a.m. 50% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Bradesco	A	4.388	536	1.051	1.051	1.050	700	0,94% a.m. Aval do acionista.
Sicredi	A	2.214	614	600	600	400	-	CDI + 0,75% a.m. 67% de aplicação financeira.
FIDC Banco Urbano	A	2.044	2.044	-	-	-	-	1,0% a 1,30% a.m. 100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes").
Banco Industrial	A	2.001	43	500	500	500	458	1,30% a.m. 20% de recebíveis de clientes, 20% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Safra	A	669	669	-	-	-	-	CDI + 0,75% a.m. 40% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Daycoval	A	445	445	-	-	-	-	1,1988% a.m. 60% de recebíveis de clientes
Nexoos	A	183	157	26	-	-	-	1,47% a.m. Aval do acionista
Banco Daycoval	C	976	976	-	-	-	-	1,58% a.m. Aval do acionista
Banco Santander	D	507	507	-	-	-	-	1,16% a.m. 50% de recebíveis de clientes e 10% de título de capitalização
Banco Itaucard	E	401	84	83	83	83	68	-
Total		63.180	23.501	18.570	12.818	5.583	2.708	

Instituição financeira	Referência	Saldo					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
		31/12/2019	2020	2021	2022	2023		
Banco Itaú Unibanco	A	14.087	1.222	4.540	4.540	3.785	-	71% de recebíveis de clientes e 29% de aplicação financeira e aval do acionista.
Money Plus	A	6.468	1.852	1.629	1.629	1.358	-	1,013% a 1,52% a.m. 50% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco CEF	A	5.002	2.859	2.143	-	-	-	CDI + 0,40% a.m. 60% de recebíveis de clientes e 40% de aplicação financeira e aval do acionista.
Sicredi	A	3.079	621	858	600	600	400	CDI + 0,75% a 1,1988% a.m. 67% de aplicação financeira
Banco Sofisa	A	2.833	1.708	1.125	-	-	-	CDI + 0,65% a.m. 70% de recebíveis de clientes e 30% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Safra	A	2.471	1.805	666	-	-	-	CDI + 0,75% a 0,95% a.m. De 40% até 100% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Industrial	A	1.847	1.014	833	-	-	-	CDI + 0,5% a.m. 90% de recebíveis de clientes e 10% de aplicação financeira e aval do acionista.
Banco Bradesco	A	1.747	1.747	-	-	-	-	CDI + 0,53% a 0,55% a.m. 100% de recebíveis de clientes
Banco Daycoval	A	981	538	443	-	-	-	1,1988% a.m. 60% de recebíveis de clientes
Banco ABC Brasil	A	558	558	-	-	-	-	CDI + 7% a.a. 60% de aplicação financeira
Banco Pine	A	167	167	-	-	-	-	1,58% a.m. 50% de aplicação financeira
Banco Santander	B	39.240	14.091	12.237	6.769	5.743	400	-
Banco Santander	B	2.949	2.949	-	-	-	-	1,76% a.m. 50% de recebíveis de clientes, 40% de aplicação financeira e 10% de título de capitalização.
Banco Safra	B	1.152	1.152	-	-	-	-	1,98% a.m. Aval do acionista
Banco Sofisa	B	302	302	-	-	-	-	2% a.m. Aval do acionista
Banco Daycoval	B	250	250	-	-	-	-	1,98% a.m. Aval do acionista
Sicredi	B	249	249	-	-	-	-	2,85% a.m. Aval do acionista
Banco Pine	B	157	157	-	-	-	-	1,98% a.m. Aval do acionista
FIDC Banco Urbano	C	5.059	5.059	-	-	-	-	-
FIDC Banco Urbano	C	1.855	1.855	-	-	-	-	2,5% a.m. 100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes")
Banco Daycoval	C	225	225	-	-	-	-	1,58% a.m. Aval do acionista
Asia Fomento Mercantil	C	550	550	-	-	-	-	1,6% a.m. Aval do acionista
Banco Bradesco	D	2.630	2.630	-	-	-	-	-
Banco Bradesco	D	2.458	2.458	-	-	-	-	1,59% a.m. N/A
Total		49.387	24.238	12.237	6.769	5.743	400	

Não há "covenants" financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/20		31/12/19	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.766	46.014	-	-
Novas captações	-	-	-	-
Pagamentos	(43.485)	(8.378)	(43.485)	(8.378)
Juros	(8.378)	(8.378)	(8.378)	(8.378)
Total dos pagamentos	(51.863)	(16.756)	(51.863)	(16.756)
Juros provisionados e encargos apropriados	8.470	8.470	8.470	8.470
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.387	29.726	49.387	29.726
Novas captações	64.510	64.510	64.510	64.510
Pagamentos	(50.891)	(7.849)	(50.891)	(7.849)
Juros	(7.849)	(7.849)	(7.849)	(7.849)
Total dos pagamentos	(58.740)	(15.698)	(58.740)	(15.698)
Juros provisionados e encargos apropriados	8.023	8.023	8.023	8.023
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63.180	14.028	63.180	14.028

17. Passivos de arrendamento:

	31/12/20		31/12/19	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos de aluguéis de imóveis	1.346	3.071	1.346	3.071
Contratos de aluguéis de veículos	1.064	1.635	1.064	1.635
Total	2.410	4.706	2.410	4.706
Passivo circulante	1.098	1.727	1.098	1.727
Passivo não circulante	1.312	2.979	1.312	2.979

14. Intangível:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de controladas (a):	48.048	(15.225)	32.823	32.823
Control Loc	11.172	(11.172)	-	-
Rodosis	7.946	(7.946)	-	-
ControlSat	73.721	(3.686)	70.035	70.035
Ágio - CISR	140.887	(38.029)	102.858	102.858

Outros intangíveis:

Desenvolvimento de produtos e serviços (b)	48.083	(33.434)	14.649	17.897
Softwares (c)	13.775	(12.923)	852	1.460
Total	61.858	(46.357)	15.501	19.357
Total	202.745	(84.386)	118.359	122.215

(a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As determinações da recuperabilidade dos ativos são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais. (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços. (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%. A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	31/12/2019				31/12/2020
	Adições	Amortização	Baixas(*)	31/12/2020	
Desenvolvimento de produtos e serviços	17.897	1.510	(3.329)	(1.429)	14.649
Softwares	1.460	21	(629)	-	852
Total	19.357	1.531	(3.958)	(1.429)	15.501

(*) O montante de R\$ 1.404, refere-se a baixa contabilizada em custo de serviços prestados, relativo a venda de software, desenvolvido pela Companhia.

	31/12/2018				31/12/2019
	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2019	
Desenvolvimento de produtos e serviços	20.065	2.613	(4.781)	-	17.897
Softwares	2.045				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Salários, provisão para férias e encargos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Provisão para férias e encargos sociais	3.136	3.160	3.136	3.160
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.317	2.673	2.317	2.673
Participação nos lucros e resultados	935	2.125	935	2.125
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	257	253	257	253
Outros	89	21	89	21
Total	6.734	8.232	6.734	8.232

19. Impostos a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.207	257	1.207	257
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	759	476	759	476
Imposto sobre serviços - ISS	608	453	608	453
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	312	364	312	364
Programa de integração social - PIS	164	94	164	94
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	130	606	130	606
Outros	181	303	181	303
Total	3.361	2.553	3.361	2.553

20. Impostos e contribuições parcelados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Instituto nacional de seguridade social - INSS	5.135	3.326
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	2.518	2.200
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	2.324	2.178
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.244	698
Imposto sobre serviços - ISS	1.097	906
Programa de integração social - PIS	494	405
Outros	218	13
Total	13.030	9.726
Passivo circulante	3.710	2.203
Passivo não circulante	9.320	7.523

(*) Refere-se substancialmente ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar de R\$ 1.645 (R\$1.996 em 2019) possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 8). **21. Partes relacionadas:** a) Saldos e transações com partes relacionadas:

	Show Prestadora de Serviço (acionista)		BLCKD I (Controlada)	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Saldos patrimoniais				
Ativo circulante				
Contas a receber (i)	1.352	982	-	-
Indenizações a receber (ii)	-	6.626	-	-
Contrato de mútuo (iii)	-	14.562	-	-
Total	1.352	22.170	-	-
Ativo não circulante				
Contas a receber (i)	804	-	-	-
Indenizações a receber (ii)	10.607	4.201	-	-
Contratos de mútuo (iii)	-	6.674	-	-
Total	11.411	10.875	-	-
Passivo não circulante (iv)	-	-	(5)	-
Total	12.763	33.045	(5)	-

	Show Prestadora de Serviço (acionista)		BLCKD I (Controlada)	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Resultado				
Receitas				
Receita líquida de vendas de produtos (i)	1.099	1.284	-	-
Receita líquida de vendas de serviços (i)	3.548	18	-	-
Atualização monetária sobre indenizações (ii)	225	100	-	-
Juros sobre contratos de mútuo (iii)	719	34	-	-
Total	5.591	1.436	-	-
Custos e despesas				
Custos dos produtos vendidos (i)	(953)	(1.114)	-	-
Custos dos serviços prestados (i)	(2.257)	(9)	-	-
Total	(3.210)	(1.123)	-	-
Total	2.381	313	-	-

(i) Saldos representados por vendas de produtos, licença de uso de software, prestação de serviços de assessoria técnica e operacional; (ii) Saldos de indenização a receber - conforme descrito na nota explicativa nº 8; (iii) Saldo a receber representado por contrato de mútuo, sujeitos a juros de 1,64% ao mês, com prazo de vencimento até 31 de dezembro de 2021. A movimentação do contrato de mútuo no ativo circulante e não circulante é como segue: Saldo em 31 de dezembro de 2018 - 14.562; Saldo em 31 de dezembro de 2019 - 21.346; Saldo em 31 de dezembro de 2020 - 22.170. Cessão de obrigação - 5.179; Valores cedidos - 5.179; Valores de ressarcimento de despesas a pagar - 1.571; Juros provisionados - 34; Saldo em 31 de dezembro de 2019 - 21.346; Saldo em 31 de dezembro de 2020 - 22.170. Juros provisionados - 2.046; Redução de capital social, conforme AGE's de 30 de junho e 31 de dezembro de 2020 - (30.540).

(iv) O saldo a pagar era representado por contrato de mútuo com BLCKD I Participações S.A. (controlada). b) Remuneração dos administradores: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os honorários dos administradores foram de R\$960 e R\$1.480, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo). **22. Passivo relacionado ao ativo mantido para venda:** Em 17 de outubro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no montante de R\$ 28.972, a ser cumprida mediante a dação em pagamento até 21 de junho de 2021, ao ex-acionista, Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social das controladas da Companhia a BLCKD I Participações S.A. e PRMO II Participações Ltda., cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis com valor de avaliação de venda forçada de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2020, os dois imóveis ("terrenos") localizados no município de Candeias - BA, no valor de R\$ 25.000, estão contabilizados na conta de ativo não circulante mantido para venda. **Segue abaixo a movimentação dos imóveis ("terrenos") registrados nos ativos não circulantes mantidos para venda, considerando o valor de avaliação de venda forçada.**

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Custo de aquisição do terreno 1 - ativo da BLCKD I	3.752
Reconhecimento do ajuste ao valor justo - (conforme laudo de avaliação)	10.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.410
Custo de aquisição do terreno 1 - ativo da PRMO II	2.430
Reconhecimento do ajuste ao valor justo - (conforme laudo de avaliação)	5.970
Reconhecimento do ajuste ao valor justo - (conforme laudo de avaliação)	2.190
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.000

Neste contexto, a liquidação do passivo relacionado ao ativo de mantido para venda será concluída até 21 de junho de 2021, com a dação em pagamento das controladas da Companhia. **23. Benefícios fiscais:** a. ICMS: A Companhia possui no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na

aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica "Deduções de vendas". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$599 e R\$450, respectivamente. b. IPI: Entrou em vigor a partir 1º de abril de 2020, nova legislação que trata do estabelecimento de incentivos fiscais para as empresas das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, além das de investimentos em pesquisas, dispondo sobre uma política industrial para esses setores. De acordo com a legislação, não há mais isenção e redução de tributos, e sim o fornecimento de créditos, que tem como base os valores investidos nesses segmentos, inclusive nos setores de desenvolvimento e inovação. Em 2020 a Companhia não apurou créditos previstos na respectiva legislação. Até 31 de março de 2020, conforme previsto na legislação anterior, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$624 e R\$ 3.716 respectivamente. **24. Provisão para riscos e depósitos judiciais:** **24.1 Provisões contabilizadas:** A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Tributários	201	-	201	-
Trabalhistas (a)	921	1.070	920	1.070
Obrigações com terceiros (b)	2.468	2.839	2.468	2.839
Cíveis (c)	14.345	5.266	14.346	5.266
Total	17.935	9.175	17.935	9.175

(a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial. (b) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários ("sucess fee"), com classificação de risco possível. (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados e discussão sobre indenizações a pagar a ex-diretores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, parte das provisões, no valor de R\$2.169, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e do acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta de ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8. A movimentação das provisões é como segue:

	Atualização		Pagamentos	
	31/12/2019	Adições	monetária	31/12/2020
Tributários	-	176	25	201
Trabalhistas	1.070	127	-	(276)
Obrigações com terceiros	2.839	15	(70)	(316)
Cíveis (*)	5.266	7.607	2.480	(1.008)
Total	9.175	7.925	2.435	(1.600)

(*) Em adições, o montante de R\$ 7.342 refere-se à reclassificação de saldo, contabilizado originalmente em 2019, na conta de Indenizações a Pagar. Em atualização monetária, o montante de R\$ 2.046 refere-se a valor para ressarcimento do acionista, contabilizado em contrapartida a conta de partes relacionadas.

	31/12/2018		Adições		Baixas		Pagamentos		31/12/2019	
Tributários	130	-	(130)	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	644	728	(19)	(283)	-	-	-	-	1.070	-
Obrigações com terceiros	2.759	80	-	-	-	-	-	-	2.839	-
Cíveis	6.373	1.368	(573)	(1.902)	-	-	-	-	5.266	-
Total	9.906	2.176	(722)	(2.185)	-	-	-	-	9.175	-

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Tributários	129.384	136.667	129.384	136.667
Trabalhistas	12.654	13.850	12.654	13.850
Cíveis	2.528	2.385	2.528	2.385
Total	144.566	152.902	144.566	152.902

24.2 Contingências passivas para as quais não há provisões: Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir: **a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação:** Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$110.622 (já acrescidos de multa e juros) em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 109.770 em 31 de dezembro de 2019). Desse montante, R\$74.454 referem-se à Zatix e R\$36.168 à TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009) em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 74.011 e R\$ 35.759, respectivamente em 31 de dezembro de 2019). No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a Companhia, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária. **b. IRPJ e CSLL:** Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas "empresas veículos". Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) Glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito negocial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil. Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de

Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável à Companhia, para o item (i) do auto de infração. A Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii). Em 18 de junho de 2020, a Companhia foi intimada, porém não recorreu da parcela desfavorável (item ii). O cancelamento dos Autos de Infração, referentes aos ágios glosados com base na alegação de "empresa-veículo", é definitivo. Remanesceu apenas o valor referente ao ágio apurado sobre PL negativo - que não resultou em saldo a pagar, pois os valores foram compensados com prejuízos fiscais e bases negativas de CSL. **24.3 Depósitos judiciais:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Tributários	346	346
Trabalhistas	37	86
Cíveis (a)	5.498	912
Total	5.881	1.344

(a) Em processos cíveis - a Companhia efetuou depósitos judiciais no decorrer de 2020, no montante de R\$ 4.586, relativo a discussão sobre indenizações a pagar a ex-diretores da Companhia. **25. Patrimônio líquido:** **a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 185.104 (R\$215.644 em 31 de dezembro de 2019, representado respectivamente por 52.515.927 e 69.507.684 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas: **Quantidade de ações** Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. 52.515.927

Segue abaixo movimentação do capital social em 2020 e 2019: Saldo em 31 de dezembro de 2018 197.480 Aumento de capital em 30 de junho e 25 setembro 32.574 Redução de capital com saldo de parte relacionada em 31 de outubro (14.410) Saldo em 31 de dezembro de 2019 215.644 Redução de capital com saldo de parte relacionada em 30 de junho e 31 de dezembro (30.540) Saldo em 31 de dezembro de 2020 185.104

b. Reserva legal: Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com a Lei da S/A, o lucro líquido auferido no exercício, foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados da Companhia. **26. Lucro por ação - básico e diluído:** O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado básico por ação:		
Numerador: Lucro do exercício	5.909	6.002
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias - em milhares	63.708	66.373
Resultado básico/diluído por ação - em reais	0,089	0,086

	Controladora e Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Receita Bruta		
Vendas de produtos e mercadorias	48.271	40.483
Licença de uso de software	100.497	87.912
Comunicação e processamento de dados	23.344	24.015
Serviços de assistência técnica	13.557	13.006
Monitoramento (auxílio na localização)	6.268	7.940
Locações	268	66
Total	192.205	173.422

Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(16.112)	(10.793)
Impostos sobre vendas de serviços	(12.440)	(12.088)
Devoluções de vendas	(2.930)	(1.232)
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	(31.482)	(24.113)
Total	160.723	149.309

28. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos produtos e serviços vendidos				
Custos dos produtos vendidos	(26.908)	(24.431)	(26.908)	(24.431)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(28.096)	(21.535)	(28.096)	(21.535)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(17.981)	(20.476)	(17.981)	(20.476)
Data center, telemetria e licença de uso	(9.790)	(8.301)	(9.790)	(8.301)
Depreciações e amortizações	(9.673)	(11.757)	(9.673)	(11.757)
Custos com assistência técnica	(6.053)	(3.616)	(6.053)	(3.616)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.404)	-	(1.404)	-
Viagens e deslocamentos	(1.392)	(2.354)	(1.392)	(2.354)
Outras	(676)	(7)	(676)	(7)
Total	(101.973)	(92.477)	(101.973)	(92.477)

Despesas gerais e administrativas				
Salários, provisões, encargos e benefícios	(8.182)	(11.291)	(8.182)	(11.291)
Depreciações e amortizações	(1.988)	(2.478)	(1.988)	(2.478)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras:				
Juros sobre contratos com partes relacionadas	719	34	719	34
Juros sobre contratos de clientes	717	661	717	661
Juros ativos	335	399	335	399
Rendimentos sobre aplicações financeiras	317	469	317	469
Variações cambiais sobre fornecedores	309	58	309	58
Atualização monetária sobre indenizações a receber	225	100	225	100
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	30	44	30	44
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	6	2.277	6	2.277
Demais receitas financeiras	7	9	7	9
Total	2.665	4.051	2.665	4.051
Despesas Financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.023)	(8.470)	(8.023)	(8.470)
Juros sobre impostos e contribuições	(2.654)	(2.078)	(2.654)	(2.078)
Despesas bancárias	(2.424)	(1.206)	(2.424)	(1.206)
Juros passivos	(2.349)	(1.886)	(2.349)	(1.886)
Juros antecipações de recebíveis de clientes	(1.094)	(531)	(1.094)	(531)
Prêmios e comissões sobre operações financeiras	(550)	-	(550)	-
Variações cambiais sobre fornecedores	(519)	(227)	(519)	(227)
Atualização monetária sobre provisão para riscos	(389)	-	(389)	-
Juros sobre passivos de arrendamento	(359)	(103)	(359)	(103)
Atualização monetária sobre fornecedores	(99)	(124)	(99)	(124)
Demais despesas financeiras	(2.471)	(194)	(2.471)	(194)
Total	(20.931)	(14.819)	(20.931)	(14.819)
Resultado financeiro	(18.266)	(10.768)	(18.266)	(10.768)

30. Obrigações e compromissos: Os principais compromissos assumidos pela Companhia são: **a.** Telefonía - contratos de prestação de serviços de telefonía e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais em endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$28.096 e R\$21.535, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonía serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2020. **b.** Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguel totalizam R\$ 15 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.239 em 2019). **c.** Seguro garantia - contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$4.772 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.332 em 2019). **31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros. Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Eduardo Leite Cruz Lacet - Presidente

Cristiane Akiko Momoi - Vice-Presidente

Alexandre Ferreira da Silva - Diretor Financeiro - CRC 1SP 181.366/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da Zatix Tecnologia S.A. Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$144.566 mil e R\$152.902 mil em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC - 2SP 014428/O-6
Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora - CRC 1SP-251062/O-5

Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUARU
CNPJ/MF nº 51.370.575/0001-37 - NIRE 35.300.004.345
Ata de Reunião do Comitê Estatutário (artigo 10 da Lei nº 13.303/16)
As dezoito horas do dia trinta e um de março de dois mil e vinte um, reuniram-se na sede da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A - PROGUARU, sita à Rua Arminda de Lima nº 788, Vila Progresso, Guarulhos, SP, os membros do **COMITÊ ESTATUTÁRIO**, a saber: Driele Siqueira Eugenio, Sidnei Aparecido Jacob e Roberto Olympio da Silva, sob a presidência da primeira. A Senhora Presidente do Comitê Estatutário esclareceu aos presentes que a reunião se realizava em obediência a Resolução nº 37/2018, a fim de apreciar os seguintes assuntos: **1) Análise dos Conselheiros Fiscais que podem ser reeleitos:** nos reunimos para analisarmos quais conselheiros poderão ser reeleger, informamos ao Diretor Presidente, Sr. Francisco José Carone Garcia, que em análise todos os conselheiros, inclusive os suplentes estão aptos a se reeleger, informamos também que será necessário uma nova análise dos documentos de cada um caso o prefeito resolva manter os mesmos nomes para o próximo mandato do Conselho Fiscal, e que deverá ser nos informado o mais breve possível para que possamos entrar em contato com cada conselheiro. Guarulhos, 31 de março de 2021.

Foz do Rio Claro Energia S.A.
CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 - NIRE: 35.300.328.647
Editais de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 21 de maio de 2021, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital conforme permitido pela Instrução normativa nº 81 de 10/06/2020 emitida pelo DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, tendo como referência a sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala J, Vila Olímpia, CEP 04547-006, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia do exercício de 2020. São Paulo, 05 de maio de 2021. Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira** - Presidente do Conselho de Administração.

Ijuí Energia S.A.
CNPJ/MF nº 07.823.304/0001-06 - NIRE: 35.300.328.639
Editais de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Ijuí Energia S.A. ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 21 de maio de 2021, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital conforme permitido pela Instrução Normativa nº 81 de 10/06/2020 emitida pelo DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, tendo como referência a sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala K, Vila Olímpia, CEP 04547-006, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia do exercício de 2020. São Paulo, 05 de maio de 2021. Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira** - Presidente do Conselho de Administração.

Omnilink

Mais integrado, conectado e seguro.

Nós criamos a inovação que move o mercado

A Zatix Tecnologia, através da Omnilink, marca tradicional com mais de 20 anos de atuação no mercado de transporte e logística, é referência em soluções tecnológicas integradas de alta disponibilidade e confiabilidade para gerenciamento de risco, gestão de frotas, rastreamento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, aumentando a eficiência e reduzindo o custo operacional dos clientes.

Atuando em diferentes segmentos como montadoras, transportadoras, embarcadores, seguradoras e profissionais autônomos, a marca é referência no mercado com suas tecnologias de inteligência embarcada.



Top of Mind do Transporte

A Omnilink recebeu o prêmio Top of Mind como a marca mais lembrada por quem vive, pensa e decide transporte na categoria "Rastreador" segundo apuração realizada pelo Grupo TranspoData envolvendo empresários do transporte, embarcadores e motoristas profissionais de todo o Brasil. Este é um reconhecimento público do propósito forte e claro da marca em busca de um compromisso legítimo com o setor, seja em tecnologias inovadoras, sustentabilidade e serviços.

Essa conquista é resultado do contínuo processo de renovação que a Omnilink aplica em suas soluções, processos e tecnologias e também do empenho de cada colaborador na busca pela satisfação contínua de nossos clientes.

Agradecemos o reconhecimento e renovamos o nosso compromisso com o setor de transporte e logística, trabalhando por um mundo cada vez mais conectado, integrado e seguro.

omnilink.com.br / 4003 8006 ou 0800 604 4016

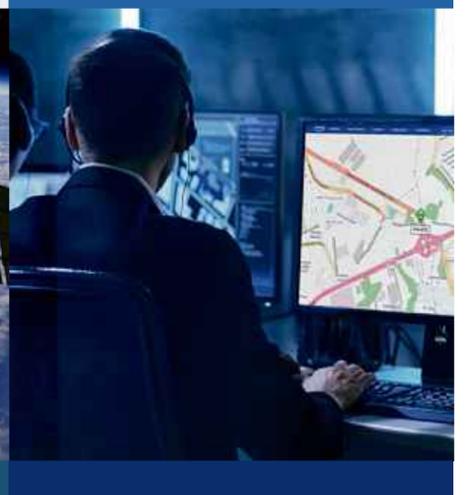
 /omnilinktecnologia

 /omnilinktecnologia

 /company/omnilinkbr



Da esquerda para a direita, Alexandre Ferreira (diretor financeiro), Eduardo Lacet (presidente), Cristiane Akiko (vice-presidente) e Fabrício Fatuch (diretor comercial e de marketing).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de reais - R\$ exceto quando indicado de outra forma)

Instituição financeira	Referência	Cronograma de amortização					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade	Controladora				Consolidado						
		31/12/2020	2021	2022	2023	2024			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			
Banco Itaú Unibanco	A	12.925	4.601	4.540	3.784	-	-	36% de recebíveis de clientes - 64% de alienação de imóveis e aval do acionista.	129.384	136.667	129.384	136.667	129.384	136.667	129.384	136.667	129.384	136.667	
Banco Itaú Unibanco	A	8.101	3.530	1.714	1.714	1.143	-	0,93% a.m. Aval do acionista.	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	14.562	
Banco Sofisa	A	10.124	1.975	2.038	2.222	2.407	1.482	1,2% a.m. 50% de recebíveis de clientes - 30% de aplicação financeira e aval do acionista.	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	1.571	
Banco CEF	A	7.280	3.030	3.000	1.250	-	-	0,86% a.m. 50% de recebíveis de clientes - 30% de aplicação financeira e aval do acionista.	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	21.346	
Banco Santander	A	6.902	2.605	3.415	-	-	-	1,013% a.m. 50% de aplicação financeira e aval do acionista.	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	6.429	
Money Plus	A	4.922	1.685	1.603	1.614	-	-	1,80% a.m. 50% de aplicação financeira e aval do acionista.	719	719	719	719	719	719	719	719	719	719	
Banco Bradesco	A	4.388	536	1.051	1.051	1.050	700	0,94% a.m. 67% de aplicação financeira.	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	(30.540)	
Banco ABC Sicredi	A	2.214	614	600	600	600	400	1,9% a.m. 100% de recebíveis de clientes (contratos de clientes).	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
FIDC Banco Urbano	A	2.044	2.044	-	-	-	-	1,30% a.m. 70% de recebíveis de clientes e 30% de aplicação financeira e aval do acionista.	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	3.752	
Banco Industrial	A	2.001	43	500	500	500	458	1,30% a.m. CDI + 0,75% a.m. 40% de recebíveis de clientes e aval do acionista.	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	10.630	
Banco Safra	A	669	669	-	-	-	-	0,75% a.m. 60% de recebíveis de clientes e 40% de aplicação financeira e aval do acionista.	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	2.430	
Banco Daycoval	A	445	445	-	-	-	-	1,988% a.m. 60% de recebíveis de clientes e aval do acionista.	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	14.410	
Banco Daycoval	A	183	157	26	-	-	-	1,47% a.m. 60% de recebíveis de clientes e aval do acionista.	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	5.970	
Banco Daycoval	C	61.296	21.934	18.487	12.735	5.500	2.640	1,58% a.m. Aval do acionista.	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100	
Banco Santander	D	507	507	-	-	-	-	1,16% a.m. 50% de recebíveis de clientes - 40% de aplicação financeira e 10% de título de capitalização.	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	25.900	
Banco Itaúcard	E	401	84	83	83	83	68	-	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200	
Total		63.180	23.501	18.570	12.818	5.583	2.708		330.540										

Não há "covenants" financeiros que possibilitem a declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é ao seguinte:

Impostos a recolher:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.207	257	1.207	257
Contribuição para o financiamento da seguradora social - COFINPS	759	476	759	476
Imposto sobre serviços - ISS	608	453	608	453
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	312	364	312	364
Programa integração social - PIS	164	94	164	94
Outros	130	606	130	606
Outros	181	303	181	303
Total	3.361	2.553	3.361	2.553

20. **Impostos e contribuições parcelados:**

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Instituto nacional de seguradora social - INSS	5.135	3.326	5.135	3.326
Contribuição para o financiamento da seguradora social - COFINPS	2.518	2.200	2.518	2.200
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	2.324	2.178	2.324	2.178
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.244	698	1.244	698
Imposto sobre serviços - ISS	1.097	906	1.097	906
Programa de integração social - PIS	494	405	494	405
Outros	218	13	218	13
Total	13.029	9.728	13.029	9.728

21. **Partes relacionadas:** a) Saldo a transações com partes relacionadas:

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo prestador de serviços (acionista)	1.352	982	1.352	982
Contas a receber (II)	-	6.626	-	6.626
Indenizações a receber (II)	-	14.562	-	14.562
Contratos de mútuo (III)	-	-	-	-
Total	1.352	22.170	1.352	22.170

b) Saldo a transações com partes relacionadas:

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo prestador de serviços (acionista)	1.352	982	1.352	982
Contas a receber (II)	-	6.626	-	6.626
Indenizações a receber (II)	-	14.562	-	14.562
Contratos de mútuo (III)	-	-	-	-
Total	1.352	22.170	1.352	22.170

22. **Ativos não circulantes:**

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo não circulante	1.352	982	1.352	982
Ativo não circulante (II)	-	-	-	-
Ativo não circulante (III)	-	-	-	-
Ativo não circulante (IV)	-	-	-	-
Total	1.352	982	1.352	982

23. **Passivos de arrendamento:**

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de aluguel de imóveis	1.346	3.071	1.346	3.071
Contratos de aluguel de veículos	1.064	1.635	1.064	1.635
Total	2.410	4.706	2.410	4.706

24. **Passivo circulante:**

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	1.098	1.727	1.098	1.727
Passivo não circulante	1.312	2.979	1.312	2.979
Total	2.410	4.706	2.410	4.706

25. **Salários, provisão para férias e encargos:**

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias e encargos sociais	3.136	3.160	3.136	3.160
Instituto nacional de seguradora social - INSS	2.317	2.673	2.317	2.673
Participação nos lucros e resultados	935	2.125	935	2.125
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	257	253	257	253
Outros	89	21	89	21
Total	6.734	8.232	6.734	8.232

28,5 MILHÕES DE INTERNETAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

Valor + o GLOBO + Valor R

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • valor.com.br/valor-r